

Retrospectiva 2024:

Desmatamento e focos de calor na área de influência da rodovia BR-319

Foto: Christian Braga / Greenpeace Brasil



OBSERVATÓRIO
BR-319

O que o Observatório BR-319 monitora e de onde vêm os dados?

Desde 2018, o Observatório BR-319 (OBR-319) monitora o desmatamento e os focos de calor na área de influência da rodovia BR-319, que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), região localizada no Interflúvio Madeira-Purus, na fronteira do chamado Arco do Desmatamento na Amazônia Legal. Mensalmente, os dados são divulgados nos [Informativos Observatório BR-319](#) e na [área de monitoramentos](#) do site do OBR-319.

A região monitorada abrange a área de influência da rodovia BR-319, englobando 13 municípios dos dois estados. Para a seleção desses municípios, foram utilizados dois critérios:

- I) a presença da rodovia cruzando parte do território municipal, como ocorre em Careiro, Careiro da Várzea, Canutama, Beruri, Borba, Humaitá, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Tapauá e Porto Velho; e/ou
- II) a existência de conexão do município com a BR-319 por meio de outras rodovias, como no caso de Autazes e

Lábrea, que se conectam à rodovia pela AM-254 e pela BR-230, respectivamente (Meirelles *et al.*, 2018).

A partir dessa seleção, o OBR-319 passou a monitorar todas as 42 Unidades de Conservação (UCs) e as 69 Terras Indígenas (TIs) presentes nos territórios desses municípios. Além de detalhar os dados em âmbito municipal, o Observatório também realiza análises regionais, abrangendo a Amazônia Legal e os estados do Amazonas e de Rondônia. Desde o início de suas atividades, os dados de desmatamento utilizados foram estimativas produzidas pelo [Sistema de Alerta de Desmatamento \(SAD\)](#), do [Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia \(Imazon\)](#); a partir de 2024, a análise passou a ser realizada pelo [Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real \(Deter\)](#), do [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais \(Inpe\)](#), assim como os focos de calor monitorados pelo [Programa Queimadas](#), do mesmo instituto.

As informações utilizadas pelo OBR-319 são sistematizadas mensalmente e adicionadas ao banco de dados da rede, que reúne estudos e análises relevantes sobre focos de calor e desmatamento, a partir das fontes citadas, desde janeiro de 2010. Por isso, a série histórica do OBR-319, quando mencionada neste texto, corresponde ao período de 2010 a 2024. Para saber mais sobre o trabalho do Observatório BR-319, [acesse nosso site](#).



Foto: Marizilda Cruppe / Greenpeace Brasil

Em 2024

Neste ano, a “**Retrospectiva 2024: Desmatamento e Focos de Calor na Rodovia BR-319**” apresenta uma análise da evolução do cenário na área de influência da BR-319, entre 2010 e 2024. A escolha desse período visa evidenciar, com mais clareza e profundidade, as oscilações significativas do cenário na Amazônia Legal – especialmente na região do Interflúvio Madeira-Purus –, marcada por momentos de redução e aumento, refletindo as dinâmicas de pressão ambiental na região. Nesse contexto, a área foi monitorada de forma contínua, revelando importantes tendências e desafios para a conservação da floresta nessa região.

O monitoramento ambiental envolve diferentes tipos de dados que ajudam a compreender o que ocorre com as florestas e demais ecossistemas. Dois dos principais indicadores acompanhados são o desmatamento e os focos de calor, cada um com sua função e significado específicos.

O desmatamento refere-se à remoção

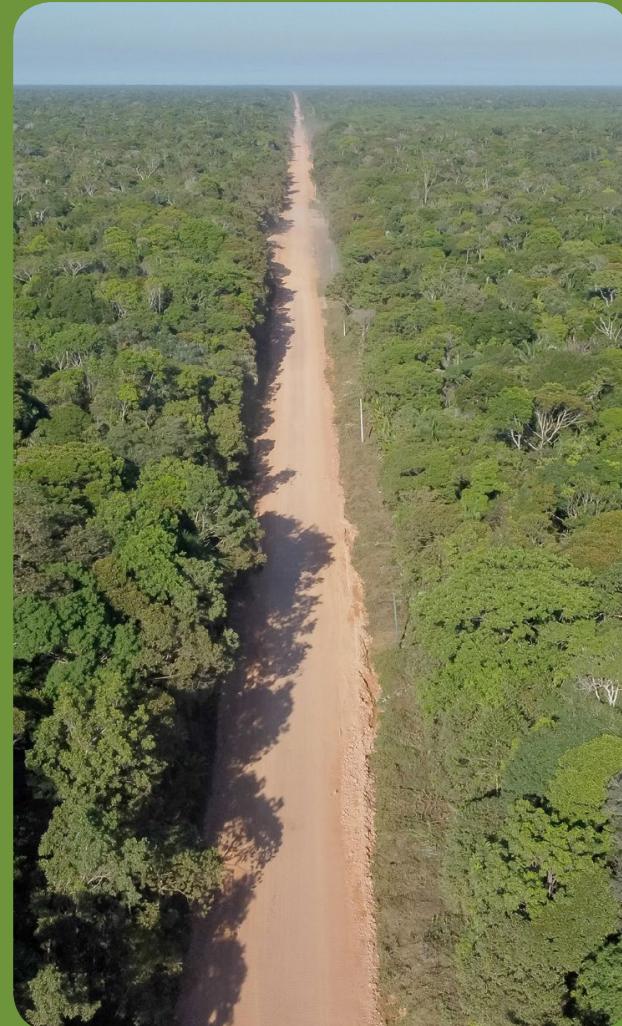


Foto: Michael Dantas / WCS Brasil

total da vegetação nativa, geralmente para dar lugar a pastagens, plantações ou outras atividades humanas. Esse processo pode ser identificado por meio de imagens de satélite que evidenciam a perda de cobertura florestal ao longo do tempo. O monitoramento do desmatamento é essencial para compreender a velocidade com que a floresta está desaparecendo e para embasar a tomada de medidas que evitem impactos ambientais mais severos.

Já os focos de calor são registros de temperaturas elevadas na superfície terrestre, detectadas por sensores de satélite. Embora indiquem áreas com possibilidade de combustão, nem sempre correspondem a queimadas visíveis. Em alguns casos, esses focos podem ser resultado de incêndios florestais ou queimadas agrícolas, mas também podem estar associados a outros fenômenos, como a presença de solo extremamente aquecido. O monitoramento desses focos contribui para a identificação

precoce de riscos de incêndios e de áreas sob pressão ambiental, evitando que se agravem.

Portanto, embora ambos os tipos de monitoramento estejam relacionados à degradação ambiental, eles fornecem informações distintas e complementares, sendo fundamentais para ações de conservação e para o combate ao desmatamento.

É importante destacar que, em 2024, a BR-319 esteve em evidência durante a maior parte do ano na pauta política e ambiental. Desde 2023, pairava a expectativa em relação às recomendações do Grupo de Trabalho (GT) BR-319, criado no âmbito do Ministério dos Transportes, que tinha como finalidade apresentar estudos e propostas para otimizar a infraestrutura da rodovia, considerando os impactos socioambientais, a segurança viária e medidas de adaptação às mudanças climáticas no corredor de transporte do qual a BR-319 faz parte.

No entanto, apesar de sua importância fundamental, não houve espaço para a participação de organizações de base e da sociedade civil, tampouco assento para órgãos ambientais. Divulgado em 11 de

Foto: Brigada Indígena Apurinã



junho, o [relatório oficial do GT](#) – como era esperado de uma iniciativa sem a participação das populações diretamente afetadas – não apresentou um planejamento operacional detalhado para enfrentar os impactos socioambientais decorrentes de uma possível repavimentação da rodovia.

Diante disso, o OBR-319 uniu-se ao [Observatório do Clima](#) e ao [GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental](#), coletivos de organizações da sociedade civil que, assim como o OBR-319, acompanham o processo de licenciamento da BR-319, para se

manifestarem por meio de uma [nota de posicionamento](#) a respeito do relatório.

Já em 25 de julho, a 7ª Vara Ambiental e Agrária da Justiça Federal no Amazonas (7ª SJAM) suspendeu a [licença prévia \(LP\) nº 672/2022](#) referente ao trecho do meio da rodovia, entre os km 250,00 e 655,70 – da ponte sobre o rio Jordão até o entroncamento com a rodovia BR-230, a Transamazônica. A decisão liminar foi proferida pela juíza Mara Elisa Andrade, em resposta a uma [ação civil pública \(ACP\)](#) movida pelo [Observatório do Clima](#), que



do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegaram a constranger a ministra.

Contudo, como ocorre nos órgãos de Estado – onde é exigido o cumprimento de parâmetros técnicos, normativos e legais mínimos para a implementação de qualquer política pública – o MMA, liderado pela ministra, não cedeu e defendeu que a questão das obras na rodovia seja analisada sob uma perspectiva técnica.

contestou a licença emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) durante o governo Bolsonaro (2019-2022).

A ação apontou que a licença desconsiderou dados técnicos, pareceres do próprio Ibama e análises científicas. A magistrada considerou indispensável a existência de governança ambiental e o controle do desmatamento antes do início das obras, a fim de evitar danos às áreas próximas à rodovia. Segundo ela, sem políticas públicas efetivas de fiscalização e de prevenção de crimes ambientais, a obra se torna “inviável do ponto de vista ambiental”. A juíza também destacou a necessidade de incluir

estudos sobre impactos climáticos, afirmando que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) subdimensionou os riscos, comprometendo a fiscalização pública e os compromissos nacionais de mitigação climática.

A situação gerou polêmica em diversos setores da sociedade, especialmente entre as classes empresarial e política do Amazonas, convertendo-se em grande pressão sobre a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Marina Silva, que foi apontada como responsável por “impedir o avanço da obra”. A conjuntura chegou a um ponto crítico; durante uma visita ao Amazonas, em agosto de 2024, correligionários e aliados

O imbróglio resultou no envolvimento da Advocacia-Geral da União (AGU), que, em setembro, tentou reverter a liminar que suspendera a LP. Além da AGU, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) apresentou ao TRF-1 um agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo à decisão da 7ª Vara Ambiental e Agrária da Justiça Federal no Amazonas. O desembargador João Batista Gomes Moreira, do TRF-1, rejeitou o pedido. No entanto, em outubro, o desembargador Flávio Jaime de Moraes Jardim, do mesmo tribunal, suspendeu a decisão liminar da 7ª SJAM, fazendo com que a LP voltasse a valer. O recurso, que culminou nessa decisão, foi de autoria da União, do Ibama e do Dnit.

Análise dos dados de 2010 a 2024 na Amazônia Legal, Amazonas, Rondônia e municípios da área de influência da BR-319



Durante este período de uma década e meia houve além variações de tendências, fatos que nos fizeram compartimentar este período para tornar mais claro o processo que vem ocorrendo.

De 2010 a 2014, os dados mostraram uma tendência inicial de queda nos focos de calor e no desmatamento. Em 2010, o monitoramento indicava uma menor pressão sobre a floresta, com áreas protegidas como a Floresta Estadual (FES) Tapauá e a Terra Indígena (TI) Karipuna registrando números baixos de desmatamento. O ápice dessa redução ocorreu em 2014, quando o desmatamento e os focos de calor atingiram os menores níveis da década de 2010 a 2020, com uma queda de 75,8% dos focos de calor em comparação a 2010.

Entre 2015 e 2019, período de grande conturbação política e institucional no Brasil, com um rápido processo de enfraquecimento e desconstrução dos órgãos ambientais, a situação começou a mudar. O desmatamento voltou a crescer, especialmente em áreas próximas ao eixo da rodovia. Esse aumento coincidiu com a intensificação das atividades agropecuárias e o avanço da grilagem de terras, sobretudo no sul do Amazonas e no norte de Rondônia.

Em 2018, a TI Karipuna, a mais pressionada da área de influência da BR-319, registrou 1.237 hectares (ha) de desmatamento, acendendo o alerta sobre a vulnerabilidade da área.

O período de 2020 a 2022 foi marcado por picos históricos tanto de desmatamento quanto de focos de calor.

No ano de 2021, Rondônia alcançou o maior índice de desmatamento da série histórica (2010–2024), com 128.933 ha desmatados, concentrados principalmente no município de Porto Velho.

Já no ano seguinte, 2022, a Amazônia Legal registrou seu maior volume histórico de desmatamento, com 1.057.310 ha desmatados. Nesse mesmo ano, a área de influência da BR-319 alcançou o maior

pico de desmatamento desde o início do monitoramento, totalizando 168.899 hectares. Os focos de calor também cresceram significativamente nesse período, com um aumento de 698% entre 2014 e 2022.

Em 2023, ano de início do agravamento da crise climática, o cenário apresentou sinais de melhora no desmatamento, mas os focos de calor ainda mantiveram níveis elevados.

O desmatamento na Amazônia Legal caiu para 403.137 ha, representando uma redução de 16% em relação ao ano anterior. No Amazonas, a diminuição foi ainda mais expressiva, chegando



Foto: Marizilda Cruppe / Greenpeace Brasil

a 87.751 ha. No entanto, setembro foi o mês mais crítico para os focos de calor, com 33.247 registros na Amazônia Legal, sendo 6.990 no Amazonas e 3.936 nos municípios da área de influência da BR-319.

O ano de 2024, **o mais quente da história**, trouxe contrastes importantes. De um lado, os dados de desmatamento indicaram uma queda significativa em relação aos anos anteriores. O desmatamento total na Amazônia Legal foi de 358.503 ha, uma redução de 11,08% em relação a 2023. No Amazonas, o desmatamento caiu para 72.876 ha, enquanto Rondônia registrou 20.976 ha, marcando uma redução de 34,5% em relação ao ano anterior. Áreas protegidas como a FES Tapauá zeraram o desmatamento, enquanto a TI Karipuna registrou o menor índice dos últimos 15 anos, com 6,86 ha desmatados.

Por outro lado, os focos de calor voltaram a crescer em algumas regiões. Em 2024, a Amazônia Legal registrou 41.463 focos, um aumento de 24,7% em relação a setembro de 2023, tornando esse o mês mais crítico do ano. Porto Velho, em Rondônia, foi novamente o município com maior número de focos, totalizando 3.170 registros ao longo do ano, um aumento de 26,6% em comparação a 2023.



Foto: Mauro Neto / Setam

Entre as áreas protegidas, a Floresta Nacional (Flona) do Bom Futuro apresentou um crescimento alarmante de 81,3% nos focos de calor em 2024, totalizando 87 focos em relação aos 48 de 2023. Enquanto o Parque Nacional (Parna) dos Campos Amazônicos teve um aumento expressivo de 157% no mesmo período, saindo de 91 em 2023 para 234 em 2024.

Os dados de 2024 também destacam a persistência de desafios na área de

influência da BR-319. Municípios como Manicoré e Humaitá continuaram registrando altos índices de focos de calor, especialmente durante a estação seca, entre julho e setembro. Ao mesmo tempo, a seca extrema afetou os recursos hídricos da região, agravando a propagação de queimadas e gerando impactos diretos na saúde pública, com aumento nos casos de doenças respiratórias em cidades como Manaus e Porto Velho.

A retrospectiva de 2010 a 2024 evidencia a

complexidade das dinâmicas ambientais na área de influência da BR-319 e, consequentemente, do Interflúvio Madeira-Purus. Embora o desmatamento tenha mostrado sinais de redução nos últimos anos após a volta do presidente Lula ao poder, os focos de calor ainda representam uma grande ameaça à floresta. A necessidade de políticas públicas integradas, ações de monitoramento efetivas e maior envolvimento das comunidades locais se tornam cada vez mais urgentes para garantir a conservação da Amazônia e a sustentabilidade das futuras gerações.

Para facilitar a compreensão do processo evolutivo, os dados a seguir foram agrupados por períodos e aspectos:

PERÍODO 2010 - 2014: TENDÊNCIA INICIAL DE REDUÇÃO

- De 2010 a 2014, os dados mostraram uma tendência inicial de queda nos focos de calor e no desmatamento. Em 2010, o monitoramento indicava uma menor pressão sobre a floresta, com áreas protegidas como a Floresta Estadual (FES) Tapauá e a Terra Indígena (TI) Karipuna registrando números baixos de desmatamento. O ápice dessa redução ocorreu em 2014, quando o desmatamento e os focos de calor atingiram os menores níveis da década de 2010 a 2020, com uma queda de 75,8% dos focos de calor em comparação a 2010.

PERÍODO 2015 - 2019: MUDANÇAS E AUMENTO DO DESMATAMENTO

- Entre 2015 e 2019, período de grande conturbação política e institucional no país, com um rápido processo de enfraquecimento e desconstrução dos órgãos ambientais, a



situação começou a mudar. O desmatamento voltou a crescer, especialmente em áreas próximas ao eixo da rodovia. Esse aumento coincidiu com a intensificação das atividades agropecuárias e o avanço da grilagem de terras, sobretudo no sul do Amazonas e no norte de Rondônia;

- Em 2018, a TI Karipuna, a mais pressionada da área de influência da BR-319, registrou 1.237 ha de desmatamento, acendendo o alerta sobre a vulnerabilidade da área.

PERÍODO 2020 - 2022: PICOS HISTÓRICOS

● O período de 2020 a 2022 foi marcado por picos históricos tanto de desmatamento quanto de focos de calor. No ano de 2021, Rondônia alcançou o maior índice de desmatamento da série histórica (2010 - 2024), com 128.933 ha desmatados, concentrados principalmente no município de Porto Velho;

● Já no ano seguinte, 2022, a Amazônia Legal registrou seu maior volume histórico de desmatamento, com 1.057.310 ha



Foto: Heitor Paulo Pinheiro / Idsem

desmatados. Nesse mesmo ano, a área de influência da BR-319 alcançou o maior pico de desmatamento desde o início do monitoramento, totalizando 168.899 ha. Os focos de calor também cresceram significativamente nesse período, com um aumento de 698% entre 2014 e 2022.

ANO DE 2023: SINAIS DE QUEDA NO DESMATAMENTO, MAS FOCOS DE CALOR ELEVADOS

- Em 2023, ano de início do agravamento da crise climática, o cenário apresentou sinais de melhora no desmatamento, mas os focos de calor ainda mantiveram níveis elevados. O desmatamento na Amazônia Legal caiu para 403.137 ha, representando uma redução de 16% em relação ao ano anterior. No Amazonas, a diminuição foi ainda mais expressiva, chegando a 87.751 ha;
- No entanto, setembro foi o mês mais crítico para os focos de calor, com 33.247 registros na Amazônia Legal, sendo 6.990 no Amazonas e 3.936 nos municípios da área de influência da BR-319.

ANO DE 2024: CONTRASTES E NOVOS DESAFIOS

● O ano de 2024, o mais quente da história, trouxe contrastes importantes. De um lado, os dados de desmatamento indicaram uma queda significativa em relação aos anos anteriores. O desmatamento total na Amazônia Legal foi de 358.503 ha, uma redução de 11,08% em relação a 2023;

● No Amazonas, o desmatamento caiu para 72.876 ha, enquanto Rondônia registrou 20.976 ha, marcando uma redução de 34,5% em relação ao ano anterior. Áreas protegidas como a FES



Foto: Marizilda Cruppe / Greenpeace Brasil

Tapauá zeraram o desmatamento, enquanto a TI Karipuna registrou o menor índice dos últimos 15 anos, com 6,86 ha desmatados;

● Por outro lado, os focos de calor voltaram a crescer em algumas regiões. Em 2024, a Amazônia Legal registrou 41.463 focos, um aumento de 24,7% em relação a setembro de 2023, tornando esse o mês mais crítico do ano;

● Porto Velho, em Rondônia, foi novamente o município com maior número de focos, totalizando 3.170 registros ao longo do ano, um aumento de 26,6% em comparação a 2023;

● Entre as áreas protegidas, a Floresta Nacional (Flona) do Bom Futuro apresentou um crescimento alarmante de 81,3% nos focos de calor em 2024, totalizando 87 focos em relação aos 48 de 2023. Enquanto o Parque Nacional (Parna) dos Campos Amazônicos teve um aumento expressivo de 157% no mesmo período, saindo de 91 em 2023 para 234 em 2024.

Foto: Mauro Neto / Secom

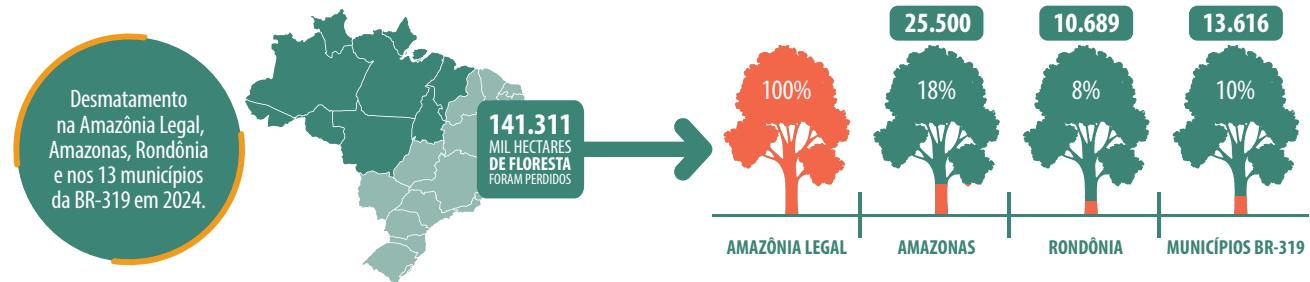


IMPACTOS E DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS

● Os dados de 2024 também destacam a persistência de desafios na área de influência da BR-319. Municípios como Manicoré e Humaitá continuaram registrando altos índices de focos de calor, especialmente durante a estação seca, entre julho e setembro. Ao mesmo tempo, a seca extrema afetou os recursos hídricos da região, agravando a propagação de queimadas e gerando impactos diretos na saúde pública, com aumento nos casos de doenças respiratórias em cidades como Manaus e Porto Velho.

Destaques

Os destaques foram organizados em grupos que evidenciam as principais informações sobre desmatamento e focos de calor em Áreas Protegidas e municípios da área de influência da BR-319.

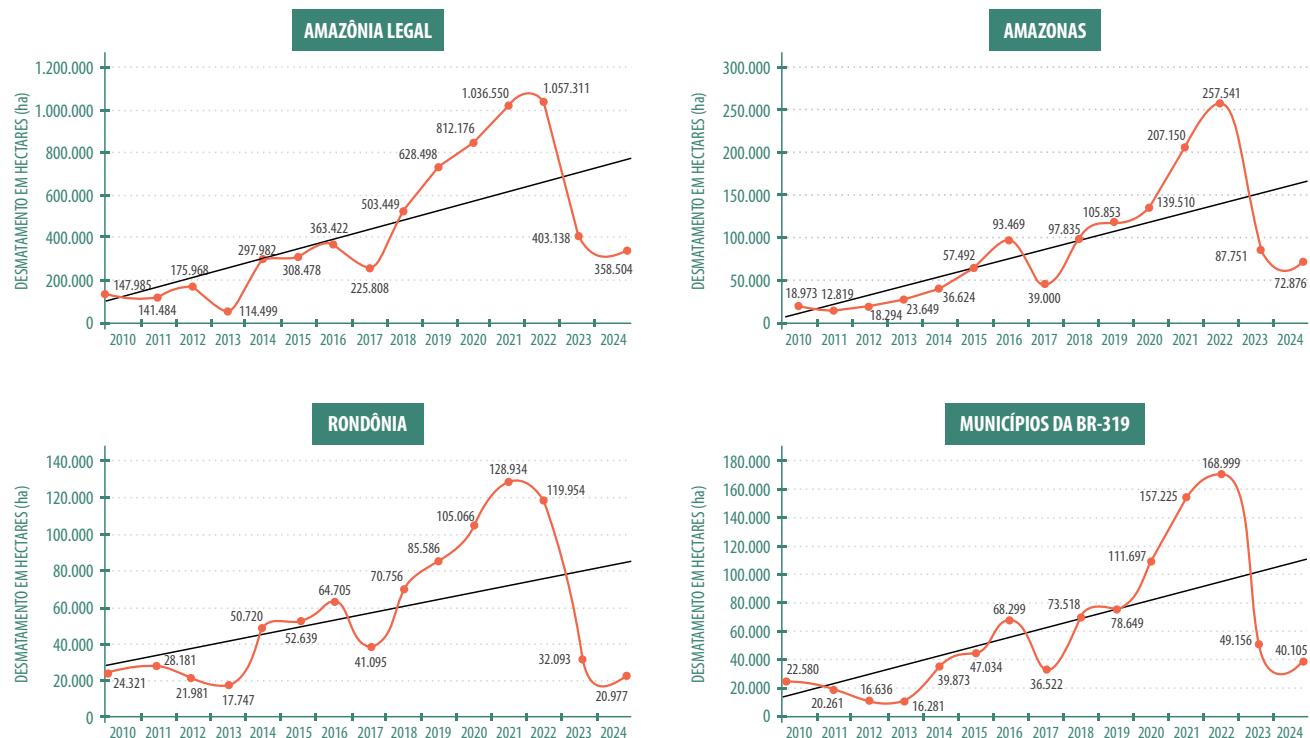


Desmatamento na Amazônia Legal, AM, RO e municípios da BR-319 de 2010 a 2024

DESMATAMENTO

Dentro deste tópico estão dados que evidenciam as tendências regionais, comparativos percentuais, dados mensais, destaques municipais, Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

- Entre 2010 e 2024, o desmatamento na Amazônia Legal seguiu uma trajetória crescente até 2022, quando alcançou seu pico com 1.057.310 ha desmatados. Em seguida, observou-se uma redução significativa, chegando a 358.503,97 ha em 2024, representando uma queda de 11,08% em relação ao ano anterior;



- No estado do Amazonas, o desmatamento atingiu o pico em 2022, com 257.540,61 ha desmatados, seguido por uma redução consistente, chegando a 72.876,11 ha em 2024, marcando uma redução de 16,9%, em relação aos 87.751 ha de 2023;

- Rondônia seguiu um padrão semelhante, mas com valores menores. O pico ocorreu em 2021, com 128.933,76 ha; e em 2024, registrou queda de 34,5%, com 20.976,57 ha desmatados, em relação aos 32.092 ha de 2023;

- Nos municípios da área de influência da BR-319, de 2010 a 2014, os números permaneceram relativamente baixos, mas a partir de 2019 houve um aumento constante, com um pico de 168.899,40 ha em 2022, seguido por uma redução de 18,4% de 2023 a 2024, somando 49.156,49 e 40.104,61 ha respectivamente;

- O município que mais se destacou em desmatamento entre 2010 e 2024 foi Porto Velho, com uma média de 21.437 ha

desmatados. Ao analisar o desmatamento, especificamente na capital de Rondônia, o maior pico ocorreu em 2021, no mês de julho, com 12.951,73 ha desmatados;

- Outro município com destaque de desmatamento entre 2010 e 2024 foi Lábrea, com 21.381 ha desmatados na média dos 14 anos;

- Ao longo de 2010 a 2024, a média das Unidades de Conservação estaduais com mais desmatamento foram a FES Tapauá, no Amazonas, e a Resex Jaci-Paraná, em Rondônia;

UCs Estaduais com maior desmatamento

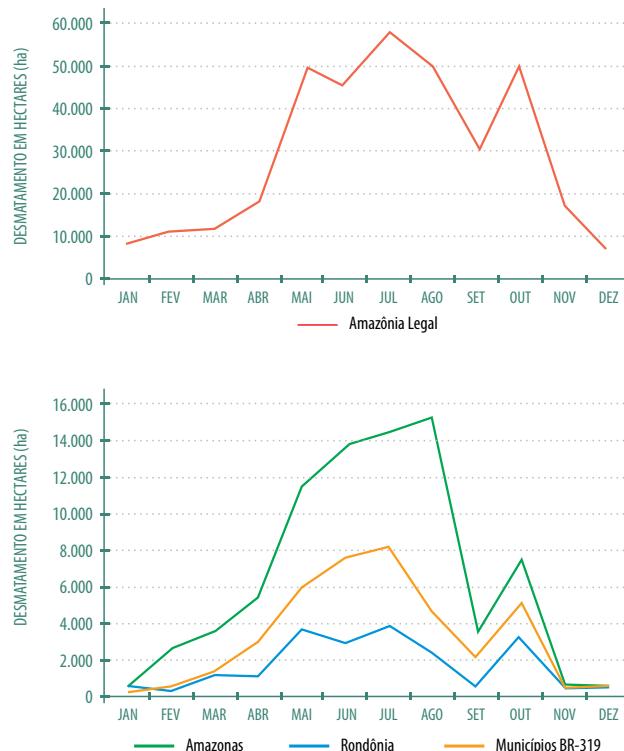


- As Unidades de Conservação federais que mais se destacaram em termos de desmatamento entre 2010 e 2024 foram a Flona do Bom Futuro, em Rondônia, e o Parna Mapinguari, entre Rondônia e o Amazonas. Em ambas, os maiores picos ocorreram em 2021: a Flona do Bom Futuro registrou 1.257 ha; enquanto no Parna Mapinguari, 1.175 ha;

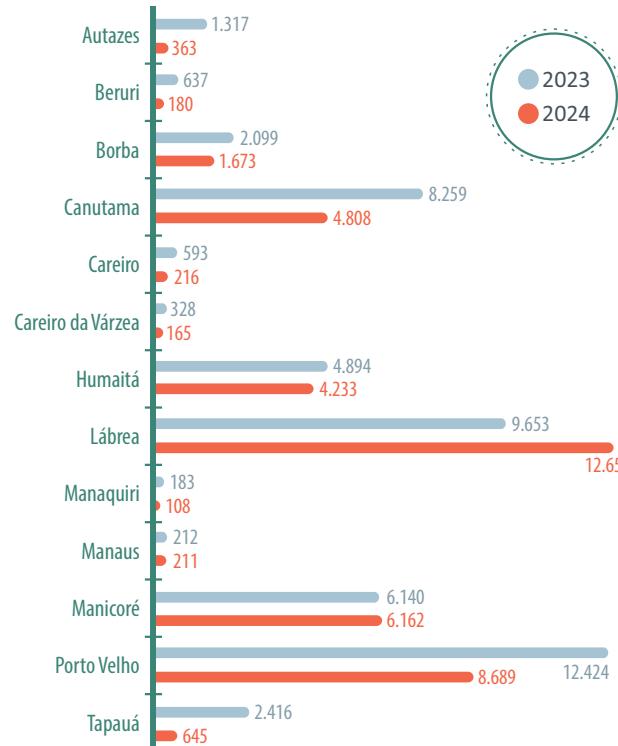
- Entre as Unidades de Conservação municipais, a Área de Proteção Ambiental (APA) Tarumã-Ponta Negra foi a que registrou o maior desmatamento. Entre os anos de 2010 e 2024, o ano com maior destaque foi 2014, com 71,45 ha desmatados;

- A TI Karipuna registrou o maior desmatamento entre as Terras Indígenas, com os maiores números em 2018, com 1.237,54 ha, e em 2022, com 1.732 ha;

Desmatamento na Amazônia Legal, AM, RO e nos municípios sob influência da BR-319 em 2024



Desmatamento nos municípios sob influência da BR-319 em 2024



Municípios que apareceram nas primeiras posições do ranking mensal de desmatamento da Amazônia Legal em 2024

An infographic showing the top municipalities in the monthly deforestation ranking for the Amazon Legal area in 2024. It includes icons for each month and a list of municipalities that ranked first or second in each month. The municipalities are: Canutama, Lábrea, Manicoré, and Porto Velho.

MÊS	CANUTAMA	LÁBREA	MANICORÉ	PORTO VELHO
Janeiro	1º lugar	2º lugar		
Fevereiro	2º lugar		1º lugar	
Março		2º lugar		1º lugar
Abril			1º lugar	3º lugar
Maio			1º lugar	2º lugar
Junho		1º lugar		2º lugar
Julho		1º lugar		2º lugar
Agosto		1º lugar		2º lugar
Setembro		1º lugar		2º lugar
Outubro		1º lugar		2º lugar
Novembro		1º lugar		2º lugar
Dezembro		1º lugar		2º lugar



Foto: Michael Dantas / Idesam

COMPARATIVOS PERCENTUAIS ENTRE 2023 E 2024

- A Amazônia Legal teve uma diminuição de aproximadamente 11,08%, com 358.503,97 ha desmatados em 2024, comparado a 403.137,91 ha em 2023;

- O Amazonas registrou uma redução de 16,9%, com 72.876,11 ha desmatados em 2024, em comparação com 87.751,16 ha no ano anterior;

- Rondônia teve a maior queda, com uma redução de 34,5%, diminuindo de 32.092,55 ha em 2023 para 20.976,57 ha em 2024;

- Nos municípios da área de influência da BR-319, a redução foi de 18,4%, passando de 49.156,49 ha em 2023 para 40.104,61 ha em 2024;

- Conforme os dados do Imazon, o mês mais crítico de desmatamento em 2023 foi agosto, com 56.966 ha na Amazônia Legal, 14.335 ha no Amazonas, 4.449 ha em Rondônia e 6.359 ha nos municípios da BR-319;

Dados mensais de desmatamento (em hectares) nos municípios da BR-319 em 2024. Em vermelho são os meses em que municípios bateram recorde mensal de desmatamento, considerando a série histórica (2010-2024)

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Amazônia Legal	8.058	11.628	12.274	18.660	50.098	45.997	57.225	50.075	30.323	49.416	17.471	7.279
Amazonas	515	2.571	3.452	5.212	11.719	13.857	14.622	8.937	3.419	7.333	615	624
Rondônia	589	281	1.051	970	3.767	3.006	4.110	2.647	799	3.180	194	383
Municípios BR-319	228	700	1.533	2.974	5.939	7.594	8.214	4.825	2.152	5.019	320	608
Autazes	0	3	0	0	0	30	118	84	0	126	0	0
Beruri	0	0	2	4	40	45	43	0	12	34	0	0
Borba	0	30	0	112	75	414	348	306	193	161	18	16
Canutama	71	184	32	394	765	614	1.112	604	403	602	0	28
Careiro	5	5	0	0	0	69	68	7	32	11	22	0
Careiro da Várzea	3	13	0	3	0	0	71	19	0	48	10	0
Humaitá	10	10	267	645	1.022	544	792	382	204	322	0	35
Lábrea	68	151	374	425	1.225	2.781	2.400	1.991	758	2.020	178	281
Manaquiri	3	0	0	7	0	33	39	8	18	0	0	0
Manaus	0	11	36	4	0	41	71	0	1	33	14	0
Manicoré	30	221	189	875	1.580	1.078	1.003	591	52	542	0	0
Porto Velho	38	72	633	490	1.151	1.804	1.918	725	443	1.088	78	248
Tapauá	0	0	0	16	79	143	231	108	37	32	0	0

- Em 2024, o mês mais crítico foi julho, conforme os dados do Deter, com 57.224 ha desmatados na Amazônia Legal, 14.621 ha no Amazonas, 4.110 ha em Rondônia e 8.214 ha nos municípios da BR-319;
- Em termos percentuais, o desmatamento na Amazônia Legal diminuiu cerca de 11% de 2023 para 2024, acompanhado pelo Amazonas, com 16,95% e Rondônia com 34% de queda;
- Em 2023, o mês de julho foi o mais crítico no Parna Mapinguari, com 29,85 ha de desmatamento, enquanto a Flona do Bom Futuro registrou 5,68 ha no mesmo mês;
- Já em 2024, o Parna Mapinguari apresentou um aumento significativo entre maio e julho, com 79,67 ha de desmatamento, representando uma elevação de 166,90% em relação a 2023;



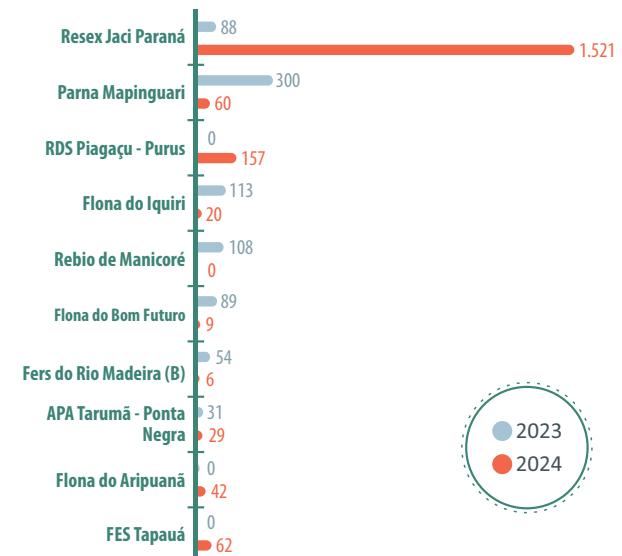
● Por outro lado, a Flona do Bom Futuro teve seu maior destaque em outubro de 2024, com 43,40 ha desmatados, marcando um aumento de 664,08% em comparação ao ano anterior;

● Ao comparar o ano de 2023 e 2024, o desmatamento na Resex Jaci-Paraná foi maior em julho de 2023, com 409 ha, enquanto o maior desmatamento na FES Tapauá ocorreu em junho, com 20,42 ha;

● Em 2024, o maior desmatamento na Resex Jaci-Paraná foi em maio, com 41 ha, representando uma redução de 90% em relação a 2023. Já na FES Tapauá, o desmatamento foi zero em 2024, significando uma redução de 100% em comparação ao desmatamento registrado em 2023;

● A APA Tarumã-Ponta Negra, que vinha apresentando uma queda desde 2014, teve um aumento expressivo ao comparar os anos de 2023 e 2024. Em 2023, o maior pico de desmatamento ocorreu em agosto, com 14,11 ha. Já em 2024, o maior pico foi em julho, com 24,11 ha. Ao comparar 2024 com 2023, o desmatamento aumentou 70,9% no período;

As 10 UCs mais desmatadas em 2024



As 10 TIs mais desmatadas em 2024



- A TI Karipuna obteve a maior redução percentual entre 2022 e 2024, caindo de 1.732 ha, em 2022, para 189,20 ha, em 2023, e 6,86 ha em 2024, o equivalente a 96,4% de redução.

- A FES Tapauá zerou o desmatamento em 2024, representando uma redução de 100% em relação ao ano anterior, 2023;

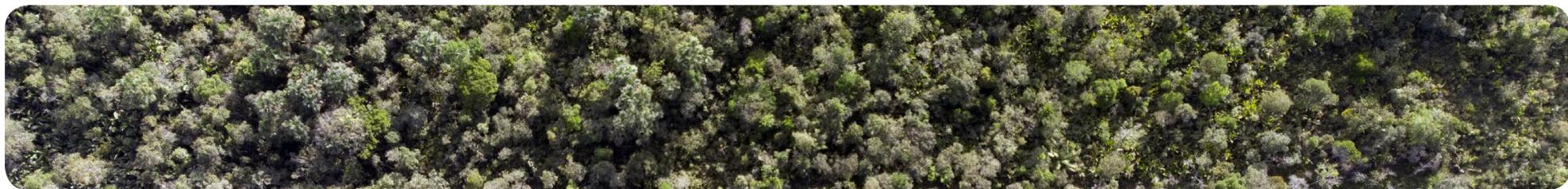
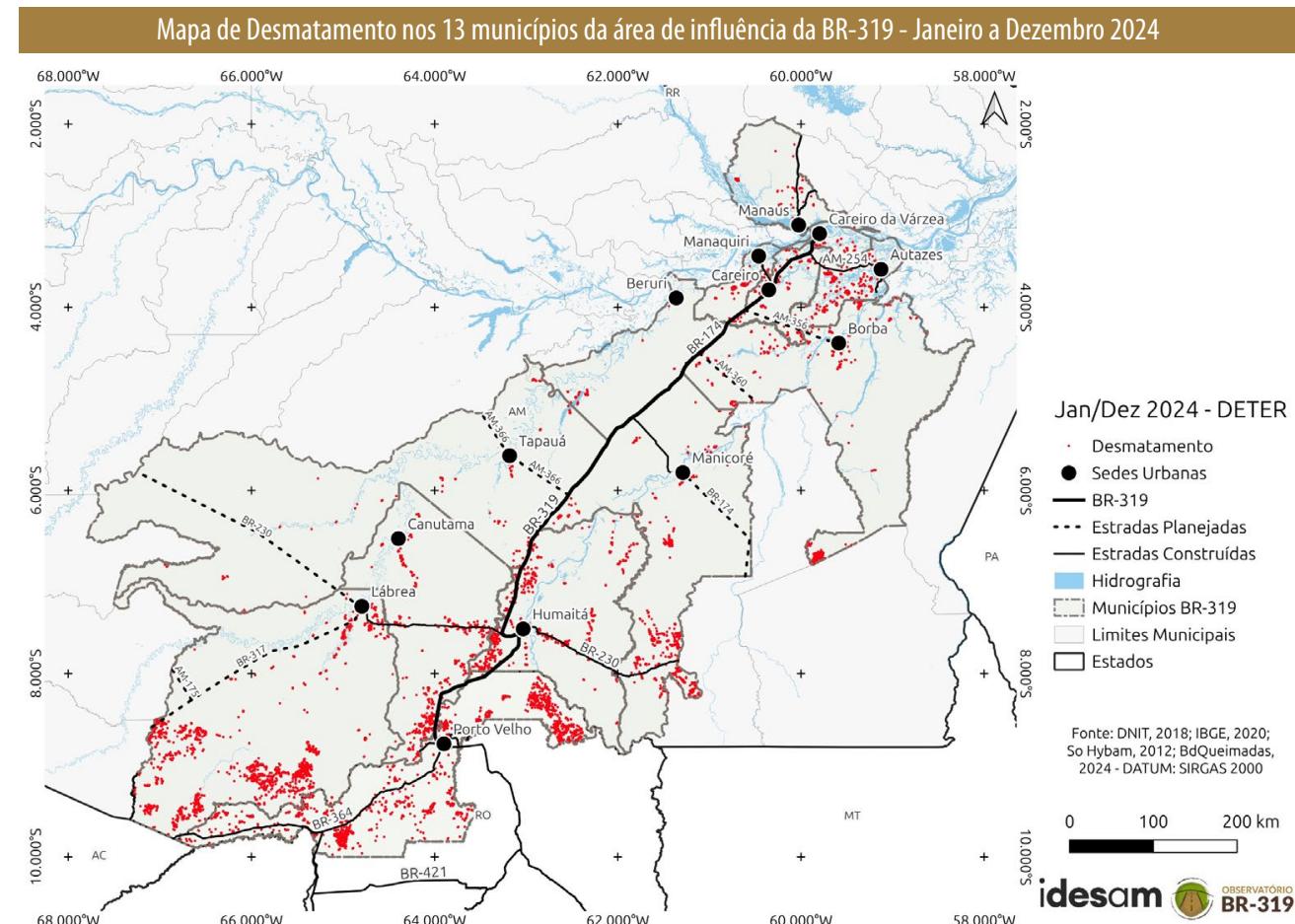
- Em contraste, a Flona do Bom Futuro teve um aumento alarmante de 664,08% em outubro de 2024, com 43,40 ha desmatados;

21% DAS TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

40% DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

775 ha foram desmatados em 2024

962 ha foram desmatados em 2024



FOCOS DE CALOR

Dentro deste tópico estão dados que evidenciam as tendências regionais, comparativos percentuais, dados mensais, destaques municipais, Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

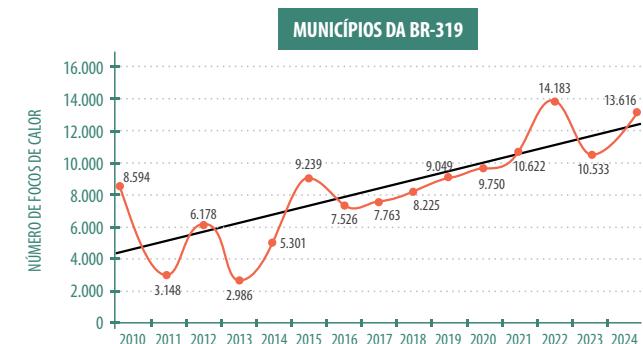
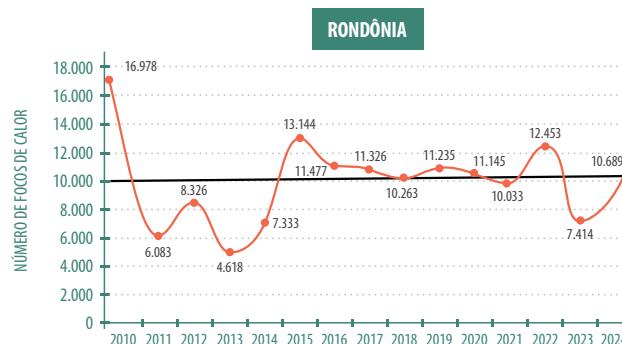
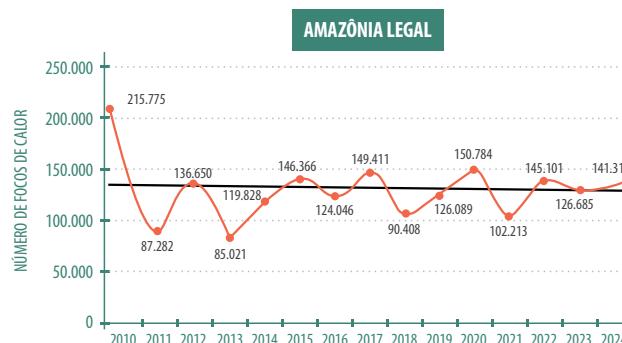
- De 2010 a 2024, os focos de calor na Amazônia Legal seguiram um padrão de queda inicial de 75,8% até 2014, com flutuações nos anos seguintes, incluindo um aumento de 21% entre 2019 e 2020. Após um pico em 2022, houve uma redução de 15,4% em 2023, seguido de um leve crescimento de 9,6% em 2024;

- O Amazonas mostrou um padrão de crescimento mais gradual. Entre 2010 e 2022, os focos de calor aumentaram 111%. Em 2024, o número atingiu o maior pico da série histórica, com um crescimento de 30% em relação ao ano anterior, indo de 19.602 para 25.500 focos;

- Rondônia registrou uma redução expressiva de 73% nos focos de calor entre 2010



Número de focos de calor na Amazônia Legal, AM, RO e municípios da BR-319 de 2010 a 2024

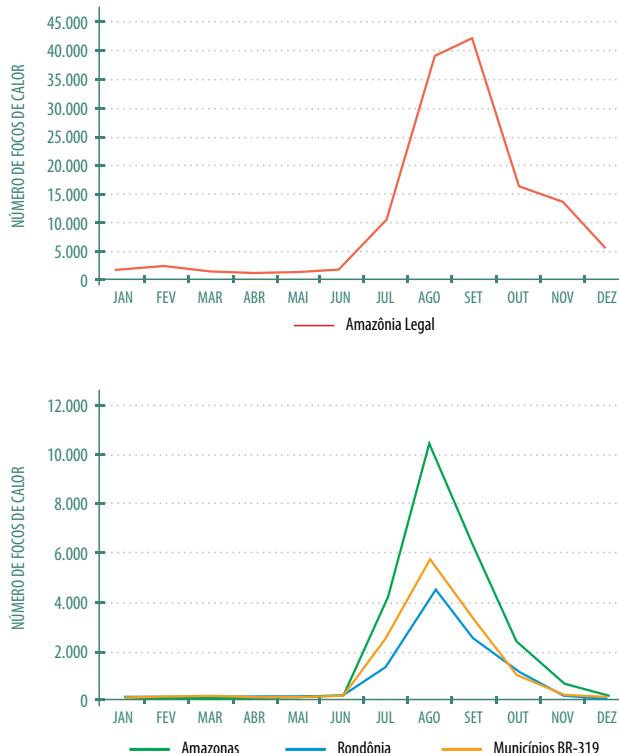


e 2014. Porém, nos anos seguintes, ocorreram oscilações. Entre 2014 e 2015, os focos aumentaram 78%, atingindo picos notáveis em 2020. De 2022 para 2023, houve uma queda de 25,5%, mas em 2024 os focos aumentaram 44,2% em relação a 2023, mostrando um padrão de recuperação após quedas pontuais;

- Nos municípios da área de influência da BR-319, os focos de calor tiveram uma redução de 93,8% entre 2010 e 2014, seguido por um aumento expressivo de 698% até 2022, quando atingiram seu pico. Em 2024, esse número cresceu 29,1% em relação ao ano anterior;

- Em 2022, para o município de Porto Velho, o mês de setembro foi o mais crítico, com 1.991 focos de calor registrados, correspondendo a 44,6% do total do ano;

Número de focos de calor na Amazônia Legal, AM, RO e nos municípios sob influência da BR-319 em 2024



Focos de calor nos municípios sob influência da BR-319 em 2024



Foto: Mauro Neto / Secom

COMPARATIVOS PERCENTUAIS ENTRE 2023 E 2024

- Em 2023, o mês de setembro registrou os maiores números de focos de calor na Amazônia Legal, totalizando 33.247 focos. Desse total, 6.990 ocorreram no Amazonas; 2.650, em Rondônia; e 3.936 nos municípios situados ao longo da BR-319, ou seja, cerca de 40% dos focos em relação aos identificados no Amazonas e Rondônia, ocorreram nos municípios de influência da BR-319. Em 2024, setembro também se destacou como o mês com o maior número de focos de calor na região;

- Em 2024, o total de focos de calor subiu para 41.463 na Amazônia Legal, representando um aumento de 24,7% em relação ao mesmo período de 2023;

- O Amazonas teve um aumento de 111% nos focos entre 2010 e 2022, com um pico histórico em 2024, com crescimento de 30%;

- No Amazonas, foram registrados 6.879 focos, representando uma leve redução de 1,6%;

Dados mensais de focos de calor nos municípios da BR-319 em 2024. Em vermelho são os meses em que os municípios bateram recorde mensal de focos de calor, considerando a série histórica (2010-2024).

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
AmazôniaLegal	2.618	3.553	2.654	1.117	1.670	2.842	11.434	38.266	41.463	16.169	14.158	5.367
Amazonas	160	142	35	32	40	258	4241	10328	6879	2557	656	172
Rondônia	39	47	79	49	68	183	1617	4522	2739	1201	107	38
Municípios BR-319	36	30	19	17	32	234	2590	5911	3544	977	161	65
Autazes	6	5	0	4	0	5	37	72	84	88	25	14
Beruri	1	1	0	0	0	0	3	16	32	14	4	0
Borba	8	3	0	0	1	4	33	91	158	75	25	6
Canutama	0	2	2	1	0	22	175	415	360	92	2	10
Careiro	6	1	0	3	0	1	8	25	47	20	4	4
Careiro da Várzea	2	5	1	1	0	1	4	23	41	28	13	18
Humaitá	6	1	2	0	2	14	261	679	370	67	12	1
Lábrea	3	3	3	0	4	85	983	1959	974	227	32	2
Manaquiri	0	0	0	2	0	0	6	46	62	9	2	6
Manaus	2	3	0	0	0	0	4	12	20	12	5	0
Manicoré	0	0	2	0	17	39	320	884	491	109	14	4
Porto Velho	2	6	9	6	8	55	647	1398	809	210	20	0
Tapauá	0	0	0	0	0	8	109	291	96	26	3	0

- Em Rondônia, o número subiu para 2.739 focos, marcando um crescimento de 3,4%; ambos em 2024 .

- Por outro lado, em setembro, os municípios ao longo da BR-319 apresentaram uma queda nos focos de calor, totalizando 3.544, representando uma redução de 10% em comparação com 2023;

- Entre 2022 e 2023, houve uma diminuição de 25,7% nos municípios da área de influência da BR-319. No entanto, em 2024, os focos voltaram a crescer 29,1% em relação ao ano anterior, evidenciando desafios persistentes em áreas de alta pressão ambiental;

- Entre 2010 e 2024, Porto Velho se destacou com a maior média anual, registrando 2.986 focos de calor. Em 2022, ano de maior desmatamento no estado de Rondônia, Porto Velho também atingiu seu pico de focos de calor, com 4.466 registros, um aumento de 49,6% em relação à sua média histórica;

- No ano seguinte, 2023, os focos diminuíram para 2.503, representando uma redução de 43,9% em relação ao pico de 2022. Já em 2024, houve um novo aumento, totalizando 3.170 focos, o equivalente a um crescimento de 26,6% em comparação a 2023;

- Porto Velho teve sua maior média anual de focos, com 2.986 focos, com um pico de 49,6% em 2022, seguido por uma queda de 43,9% em 2023 e um novo aumento de 26,6% em 2024;

- Em 2023, setembro foi o mês com o maior número de focos na Amazônia Legal, totalizando 33.247 focos, e em 2024 esse número aumentou para 41.463, um crescimento de 24,7%;

- As UCs federais, como a Flona do Bom Futuro e o Parna dos Campos Amazônicos, também apresentaram variações, com o Parna dos Campos Amazônicos registrando um aumento de 157% em 2024 e a Flona do Bom Futuro, um crescimento de 81,3% no mesmo ano;

- A UC estadual Resex Jaci-Paraná, localizada em Rondônia, teve uma média de 44 focos de calor entre 2010 e 2024, com uma grande variação no período. Em 2024, o número de focos caiu 70,7% em relação a 2023, somando 120 focos;

- A TI Tenharim Marmelos teve um aumento de 47,9% em 2023, com 105 focos, seguido de uma redução de 9,5% em 2024;



Foto: Izabel Santos / Idesam

- A TI Karipuna teve 81 focos em 2022 e 67 focos em 2024, sem variação significativa em relação a 2023;

- Tanto a Tenharim Marmelos quanto a Karipuna apresentaram aumento nos focos de calor em agosto de 2024, com a Tenharim Marmelos registrando um crescimento de 43,2% e a Karipuna, de 33,3%;

- Em 2019, a Flona do Bom Futuro registrou o maior número de focos de calor, com 141 focos, número que diminuiu ao longo dos anos. Em 2020, foram 84 focos, uma redução de 40,4% em relação a 2019. Em 2021, o número subiu para 102 focos, um aumento de 21,4% em relação a 2020. Em 2022, o número caiu novamente para 55 focos, representando uma queda de 46,1% em relação a 2021. Em 2023, o número foi de 48 focos, uma redução de 12,7% em comparação a 2022, e em 2024, o número subiu para 87 focos, um aumento de 81,3% em relação ao ano anterior;

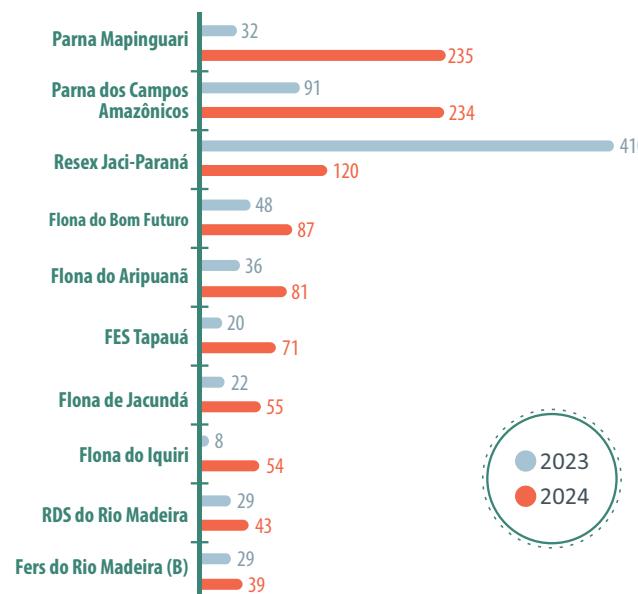
- No caso do Parna dos Campos Amazônicos, o ano de maior número de focos foi 2024, com 234 focos, um aumento expressivo em comparação aos anos anteriores. Em 2022, o número de

focos foi de 100, e em 2023, foram 91 focos, representando uma queda de 9% em relação a 2022. A comparação entre 2023 e 2024 mostra um aumento de 157% no número de focos;

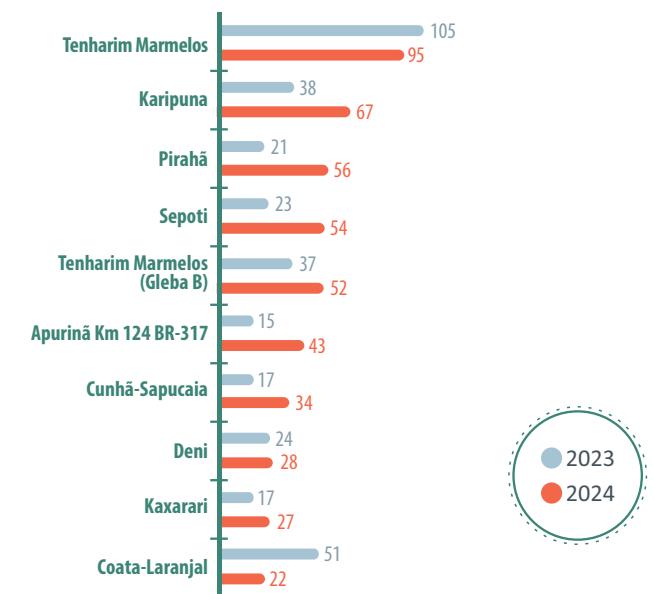
- Em 2023, a Flona do Bom Futuro registrou o maior número de focos de calor no mês de agosto, com 21 focos. Já em 2024, o número de focos no mesmo mês foi de 40, representando um aumento de 90,5%;

- No Parna dos Campos Amazônicos, o mês de julho de 2023 teve o maior número de focos, com 38; enquanto em 2024, o maior número foi registrado em agosto, com 105 focos. Isso representa um aumento de 176,3% em comparação ao mesmo mês de 2023. Em julho de 2024, o número de focos foi de 29, uma redução de 23,7% em relação ao mês de julho de 2023;

As 10 UCs com mais focos de calor em 2024



As 10 TIs com mais focos de calor em 2024



- Entre 2010 e 2023, a UC estadual com maior número de focos de calor foi a Resex Jaci-Paraná. Ao analisar os dados, observa-se uma variação ao longo dos anos. Em 2015, foram 811 focos, e em 2016, esse número caiu ligeiramente para 787 focos, representando uma redução de 2,9% em relação ao ano anterior. Em 2017, os focos aumentaram para 821, um aumento de 4,3% em relação a 2016. Em 2018, os focos caíram para 729, uma diminuição de 11,2% em relação a 2017. Em 2019, o número subiu para 924, representando um aumento de 26,7% em relação a 2018. Em 2020, o número foi de 887 focos, uma queda de 4% em relação a 2019. Em 2021, os focos caíram para 645, uma diminuição de 27,3% em comparação a 2020;

- Em 2022, a Resex Jaci-Paraná apresentou, um aumento expressivo para 1.042 focos, um crescimento de 61,4% em relação a 2021. Em 2023, o número caiu para 410 focos, representando uma queda de 60,7% em relação a 2022. Finalmente, em 2024,

o número de focos foi de 120, uma queda drástica de 70,7% em relação a 2023;

- Em 2023, a Resex Jaci-Paraná registrou o maior número de focos de calor no mês de setembro, com 161 focos. Em agosto, foram 128 focos e em outubro, 99 focos. Comparando os meses, houve um aumento de 25,8% de agosto para setembro e uma queda de 22,6% de setembro para outubro;

- Já em 2024, o mês de setembro também registrou o de maior número de focos, com 28 focos. Em agosto, o número foi de 18 focos, e em outubro, 31 focos. Comparando com o mesmo período de agosto a outubro de 2023, houve uma redução de 85,4% em agosto, uma queda de 82,6% em setembro e uma leve variação de 68,7% em outubro;

- A APA Tarumã-Ponta Negra registrou focos de calor tanto em 2023 quanto em 2024. Em 2023, foi registrado um foco em março e outro em agosto. Em 2024, houve apenas um foco em setembro. Comparando os anos, observa-se uma

diminuição de 50% no número de focos de calor, já que o total de focos em 2024 foi de um, enquanto em 2023 foram dois focos. Por outro lado, a RDS do Tupé não apresentou nenhum foco de calor em 2023 e 2024, mantendo-se sem registros nesse período;

- A partir da análise temporal de 2010 a 2024, a UC municipal que mais apresentou focos de calor foi a APA Tarumã-Ponta Negra, embora a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé também tenha apresentado dados bem similares;

- As Terras Indígenas com mais focos de calor foram a Karipuna e a Tenharim Marmelos, com médias de 44 e 49 focos, respectivamente, ao longo de 2010 a 2024. A Tenharim Marmelos registrou o maior número de focos em 2023, com 105 focos, representando um aumento de 47,9% em relação a 2022, quando foram 71 focos. Em 2024, o número foi de 95 focos, uma diminuição de 9,5% em relação a 2023;

- A Karipuna teve o maior número de focos em 2022, com 112 focos, e em 2021, registrou 81 focos, uma queda de 27% em relação a 2022. Em 2023, o número foi de 67 focos, uma redução de 17,2% em relação ao ano anterior, e em 2024, o número subiu para 67 focos novamente, sem variação em relação a 2023;

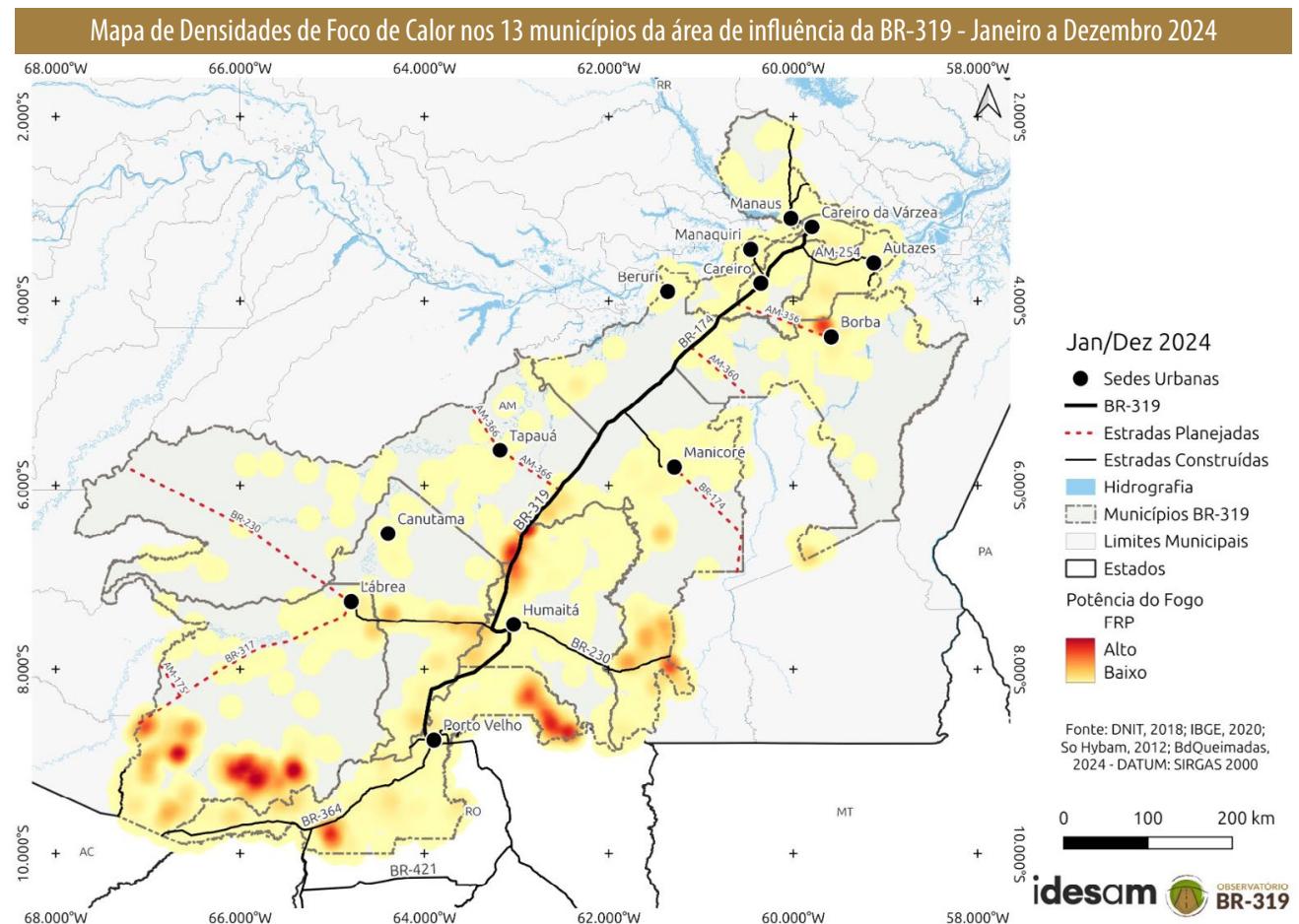
- Analisando especificamente os anos de 2023 e 2024, a Tenharim Marmelos teve o maior número de focos de calor em junho de 2023, com 37 focos; já a Karipuna registrou 21 focos em agosto de 2023. Em 2024, o mês com o maior número de focos foi agosto para ambas as TIs: a Tenharim Marmelos teve 53 focos, representando um aumento de 43,2% em relação a junho de 2023; e a Karipuna teve 28 focos, um aumento de 33,3% em comparação com agosto de 2023.

65% DAS TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

738 focos foram detectados em 2024

80% DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

1.230 focos foram detectados em 2024



Considerações finais

A análise dos dados de 2010 a 2024 sobre o desmatamento e os focos de calor na área de influência da BR-319 revela uma trajetória marcada por avanços e retrocessos, refletindo a complexidade das dinâmicas socioambientais na Amazônia. Apesar dos esforços recentes para conter o desmatamento, os desafios persistem, especialmente em relação aos focos de calor, à grilagem de terras e à degradação ambiental.

A retrospectiva do Observatório BR-319 evidencia que, embora o desmatamento tenha apresentado sinais de redução nos últimos anos, os focos de calor e a degradação

ambiental continuam a representar graves ameaças à Amazônia.

A área de influência da BR-319, em particular, requer atenção especial, dada sua importância ecológica e sua vulnerabilidade às pressões antrópicas. A adoção de políticas públicas integradas, o fortalecimento da governança ambiental e o engajamento das comunidades locais são essenciais para reverter esse cenário e garantir um futuro sustentável para a região do Interflúvio Madeira-Purus. A conservação da Amazônia não é apenas uma responsabilidade local, mas um compromisso global diante da crise climática que afeta a todos.

Diante desse cenário, é fundamental adotar medidas integradas e políticas públicas robustas para garantir a conservação da floresta e a sustentabilidade da região. Abaixo, apresentamos recomendações estratégicas para enfrentar esses desafios:

1. Fortalecimento de órgãos ambientais e de fiscalização

Reestruturação e ampliação da destinação de recursos: é urgente fortalecer órgãos como o Ibama, o ICMBio e a Funai, garantindo recursos financeiros, humanos e tecnológicos para ampliar a capacidade de fiscalização e monitoramento.

Ações integradas: promover a colaboração entre órgãos federais, estaduais e municipais, além de parcerias com organizações da sociedade civil, para combater atividades ilegais como o desmatamento, a grilagem e as queimadas.



Foto: Nilmar Lage / Greenpeace Brasil

2. Monitoramento e tecnologia de ponta

Uso de tecnologias avançadas: investir em sistemas de monitoramento em tempo real, como satélites de alta resolução, drones e inteligência artificial, para identificar e combater rapidamente focos de desmatamento e queimadas.

Transparência e acesso à informação: disponibilizar dados de monitoramento de forma acessível e em tempo hábil para a sociedade civil, pesquisadores e tomadores de decisão, facilitando a adoção de medidas preventivas e corretivas.

3. Proteção e gestão efetiva de Áreas Protegidas

Fortalecimento de Terras Indígenas e Unidades de Conservação: garantir a demarcação e a proteção efetiva de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), que têm se mostrado barreiras importantes contra o avanço do desmatamento.



Plano de manejo e fiscalização:

implementar planos de manejo sustentáveis e aumentar a presença de fiscais em áreas críticas, como a TI Karipuna e a Flona do Bom Futuro, que têm sofrido pressões significativas.

4. Combate à grilagem e regularização fundiária

Ações concretas contra a grilagem:

intensificar operações de combate à grilagem de terras, com foco nas áreas mais pressionadas ao longo da BR-319, como o sul do Amazonas e o norte de Rondônia.

Regularização fundiária: avançar na regularização fundiária de terras públicas, priorizando a destinação de áreas para conservação e uso sustentável, em detrimento da especulação e da ocupação ilegal.

5. Incentivo a práticas sustentáveis e economia de baixo carbono

Fomento à bioeconomia: promover iniciativas de economia sustentável, como o manejo florestal comunitário, a agroecologia

e o turismo ecológico, gerando renda para as comunidades locais e reduzindo a pressão sobre a floresta.

Pagamento por serviços ambientais: implementar programas de pagamento por serviços ambientais (PSA) para compensar comunidades e proprietários rurais que adotem práticas de conservação e restauração florestal.

6. Envolvimento das comunidades locais

Participação ativa das populações

tradicionais: garantir a participação efetiva de indígenas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais na elaboração e implementação de políticas públicas, reconhecendo seu papel fundamental na conservação da floresta e no ordenamento territorial.

Educação ambiental e capacitação: investir em programas de educação ambiental e capacitação técnica para promover a conscientização e o engajamento das comunidades no combate ao desmatamento e às queimadas.

7. Políticas de combate às mudanças climáticas

Mitigação dos efeitos da seca: desenvolver estratégias para mitigar os impactos da seca extrema, como a instalação de cisternas, poços e a recuperação de nascentes, reduzindo a propagação de queimadas e protegendo os recursos hídricos.

Redução de emissões: alinhar as políticas locais e regionais aos compromissos internacionais de redução de emissões de gases do efeito estufa, com foco no combate

ao desmatamento e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

8. Fortalecimento da governança regional

Plano de desenvolvimento sustentável

para a BR-319: elaborar e implementar um plano de desenvolvimento sustentável para a área de influência da BR-319, integrando ações de conservação, infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico com foco na realidade e vocações do Interflúvio Madeira-Purus.

Cooperação internacional: buscar apoio financeiro e técnico de organismos internacionais e iniciativas globais, como o Fundo Amazônia, para ampliar as ações de conservação e desenvolvimento sustentável na região.



Realização

Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), por meio do Observatório BR-319

Coordenação

Fernanda Meirelles (Idesam)

Levantamento, análise de dados e mapas

Heitor Paulo Pinheiro (Idesam)

Textos

Heitor Paulo Pinheiro e Izabel Maria Bezerra dos Santos (Idesam); Karen Sayuri Takano (OnGIS)

Revisão ortográfica

Izabel Santos (Idesam)

Projeto gráfico e editoração

Silvio Sarmento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

FINANCIAMENTO:

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

REALIZAÇÃO:

idesam



TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL
Brasil



GREENPEACE

